

AELBRA EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO S.A.
(Em Recuperação Judicial) - CNPJ 88.332.580/0001-65

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022 - (Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A AELBRA Educação Superior — Graduação e Pós-graduação S.A. (Entidade transformada em Companhia em 2019) (em Recuperação Judicial), criada em 12 de julho de 1925 com a denominação Comunidade Evangélica Luterana São Paulo (CELSP), sendo uma associação, sem fins lucrativos, se transformou em 25 de abril de 2019 em Sociedade Anônima de capital fechado conforme registro sob nº 43300063071 na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, com sede e foro na cidade de Canoas/RS. A Companhia é detentora da marca ULBRA que atua em todo o território nacional e cumpre seus objetivos sociais na prestação de serviços educacionais. Na Educação, ela tem como finalidades a promoção e o desenvolvimento da educação básica, fundamental, média, técnica, superior e de pós-graduação em geral, abrangendo a pesquisa e a prestação de serviços educacionais, inerentes à formação acadêmica, da pesquisa científica, da cultura e da assistência social, com filiais no estado do Rio Grande do Sul, Goiás, Rondônia, Tocantins, Amazonas e Pará. Em virtude da delicada situação financeira que persistia, em 2019, a administração encaminhou pedido de recuperação judicial pois entende que criará um ambiente de maior proteção aos ativos permitindo à administração envidar esforços na reestruturação do negócio. A seguir apresentamos o cronograma do processo de recuperação judicial:

dos seguintes elementos patrimoniais:

Table with 4 columns: ATIVO, Descrição, PASSIVO, Descrição. Rows include Caixa e equivalentes de Caixa, Mensalidades a Receber, etc.

NOTA 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo conselho Federal de Contabilidade. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Ainda, as Demonstrações Contábeis foram concluídas e aprovadas para divulgação pela Administração da Companhia em 14 de novembro de 2024.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: a) Regime de Escrituração: As receitas e as despesas são registradas com base no regime de competência. A receita preponderante da Companhia é advinda da sua atividade de prestação de serviços educacionais, abrangendo a pesquisa e o desenvolvimento na formação acadêmica e é reconhecida pelo valor justo na data da prestação do serviço ou pela proporção do valor confiantemente identificável até a data do balanço, quando for provável que benefícios econômicos da prestação de serviços parcial fluirão para a Companhia. b) Caixa e Equivalentes de Caixa: Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista, com baixo risco de variação de valor, registrados ao custo. O saldo em caixa é mantido com a finalidade de atender a compromissos de pequenas despesas e a curto prazo nas diversas Unidades mantidas pela Matriz. c) Valores a Receber: Os valores a receber de curto e longo prazo estão registrados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis". d) Provisão para Perdas Esperadas: A Provisão para perdas esperadas é avaliada periodicamente e foi constituída, conforme estimativas da Administração, dentro dos limites julgados necessários para fazer face a possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando-se, como base, as experiências passadas e o grau de risco de perdas dos créditos vendidos estimados pelos serviços de cobrança interno e externo, bem como por seus assessores jurídicos. e) Estoques: Estão avaliados ao custo médio de aquisição não excedendo o seu valor líquido de realização. Os estoques são disponibilizados para consumo das áreas administrativas e educacionais assim como para a manutenção dos serviços da Companhia. f) Propriedade para Investimentos: Representa terrenos não utilizados no desenvolvimento da atividade fim, avaliados ao valor justo. g) Imobilizado: Os bens integrantes do Ativo Imobilizado estão avaliados ao custo de construção ou aquisição, exceto os bens imóveis, terrenos e edificações, que estão avaliados pelo custo atribuído na data de transição da norma, 2009, conforme avaliação patrimonial executada por empresa especializada, deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear às taxas de acordo com a vida útil econômica estimada e o valor residual. h) Intangível: Os bens integrantes do Ativo Intangível estão avaliados ao custo de aquisição, amortizado pelo método linear às taxas de acordo com a vida útil econômica estimada. i) Valor recuperável de ativos: A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda. j) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor for possível de ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e os passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. k) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. l) Estimativas Contábeis: Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para perdas nos estoques, provisão para perdas, avaliação das vidas úteis dos ativos imobilizados e intangíveis e outras similares, quando aplicáveis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. m) Instrumentos financeiros: Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: A Valor Justo por meio do Resultado - VJR, Custo Amortizado e Valor Justo por meio de Resultados Abrangentes - VJORA. A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros de natureza decorrente de Derivativos.

Table with 2 columns: ATIVO, PASSIVO. Rows include Mensalidades a Receber, Empréstimos e Financiamentos, etc.

Em 07 de junho de 2023 sob o registro nº 8979173 da Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul foi aprovada a incorporação da totalidade das ações da Umesa Educação Superior - Graduação e Pós-Graduação S.A., inscrita no CNPJ sob nº 50.116.374/0001-45, tornando-se a subsidiária integral da companhia. Com a efetivação da Incorporação de Ações, a totalidade das Ações Ordinárias de nº 1.000.000 (hum milhão de ações) de emissão da Umesa passará a ser de propriedade da Companhia. Histórico dos Fatos Relevantes da RJ - Exercício 2024: Termo de Transação Individual (PGFN): Em 15/01/2024 a Companhia assinou o Termo de Transação Individual equacionando os débitos de FGTS e da Contribuição Social (LC 110/01), inscritos em dívida ativa, e assinando encerrando eventuais litígios judiciais e administrativos. O detalhamento está apresentado na nota explicativa nº 38. Termo de Transação Individual (PGFN): No dia 13/09/2024 a Companhia assinou o Termo de Transação Individual - Plano de pagamento parcelado do débito fiscal - Companhia em Recuperação Judicial, no auditório da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Porto Alegre (RS), com a UNIÃO representada pelos Procuradores da Fazenda Nacional. O Termo contempla os débitos Previdenciários e os débitos Não Previdenciários apontados em Dívida Ativa. Com o pagamento da primeira parcela em 27/09/2024, a Companhia obteve a CND - Certidão Negativa de Débito, positiva com efeito de negativa. O detalhamento está apresentado na nota explicativa nº 38. Incorporação Umesa: Em 20 de junho de 2024 conforme Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a incorporação da Umesa Educação Superior - Graduação e Pós-Graduação S.A. através

RELATÓRIO DA DIRETORIA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with 5 columns: Descrição, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA, CUSTOS OPERACIONAIS, LUCRO BRUTO, etc.

Table with 5 columns: Descrição, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos, etc.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with 5 columns: Descrição, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include (Prejuízo)/Lucro do Exercício, Resultados Abrangentes, Resultado Abrangente Total.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Descrição, 2023, 2022. Rows include Caixas, Bancos conta Movimento, Cartão Corporativo, etc.

NOTA 5 - MENSALIDADES A RECEBER: Descrição, 2023, 2022. Rows include Educação Básica, Educação Superior (*), Financiamentos, etc.

Em 2023, na Educação Superior, a Companhia ajustou a forma de contabilização das mensalidades. Com a implantação do sistema de gestão de ensino - PRIME, o acadêmico que confirmou a sua matrícula ainda em 2023, mas de competência do 1º semestre de 2024, contabilizamos toda a sua matrícula. Diferentemente do exercício 2022, quando da antecipação de matrícula, contabilizamos apenas a parcela/valor efetivamente paga. No exercício seguinte, foi ajustado para seguirmos o princípio de competência. (***) Em 2023 a Companhia continuou, apenas, a realizar a provisão dos Financiamentos FUNDACRED concedidos aos acadêmicos, assim como realizou a provisão estimada de perda referente aos Convênios Empresariais. Em 2022 a Companhia havia realizado a provisão das Mensalidades Educação Básica e Educação Superior, já que o valor constituído há vários exercícios não tinha expectativa de realização. A partir da realização da provisão, em 2022 não se constituiu uma nova provisão de perdas esperadas, pois existe a expectativa de realização de caixa dos valores registrados em Educação Básica e Educação Superior, a partir de uma nova estratégia de cobrança das negociações realizadas.

NOTA 6 - FIES A RECEBER: São valores que a Companhia tem a resgatar de Certificatedos Financeiros do Tesouro - CFT-E referente ao aditamento de contratos dos alunos do ensino superior que possuem o contrato do Fundo de Financiamento ao Estudante do ensino Superior - FIES.

NOTA 7 - ADIANTAMENTOS: Descrição, 2023, 2022. Rows include Adiantamento a Fornecedores, Adiantamento a Funcionários, etc.

Provisão sobre Adiantamento a Fornecedores: (-) Provisão sobre Adiantamento a Fornecedores. Em 2023 a Companhia estimou a provisão para não realização de saldos de Adiantamentos a Fornecedores, a partir de uma análise aos fornecedores contactados e julgamos conveniente provisionar a perda em função da probabilidade de não recebimento.

NOTA 8 - TRIBUTOS A COMPENSAR: Refere-se a habilitação de crédito reconhecido por decisão judicial transitada em julgado, em 09/08/2022, nº Processo de Habilitação 19614.787786/2022-99, sendo a Ação Judicial 5002965-66.2010.4.04.7112/RS, da recuperação do PIS sobre Folha das competências de Janeiro/2006 a Novembro/2009, que foram utilizados em 2023.

NOTA 9 - OUTRAS CONTAS A RECEBER: Descrição, 2023, 2022. Rows include Leilão Centro de Ensino Santo Antônio (a), Clientes a Receber (b), Depósito Judicial - RJ (c), etc.

NOTA 10 - TÍTULOS PROIES: Contempla o valor de títulos disponíveis no sistema SisFIES. Com o distrato do parcelamento PROIES, em 08 de maio de 2019, não foi possível utilizar o valor dos títulos para o pagamento da dívida tributária. Atualmente, a Companhia está tomando as providências cabíveis com o intuito de resgatar o valor ou aproveitá-lo na quitação de débitos tributários.

NOTA 11 - CRÉDITOS, BLOQUEIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS: Descrição, 2023, 2022. Rows include Bloqueio Judicial Banco, etc.

Contempla os bloqueios de contas bancárias conforme decisões da justiça para fins de quitação de débitos trabalhistas, fiscais, fornecedores entre outros ainda em processo de conciliação/identificação. Em 2023, o departamento jurídico intensificou a análise dos bloqueios e conseguiu identificar parte transferido para controle na conta Depósito Judicial - RJ apresentado na nota explicativa nº 9.

NOTA 12 - DESPESAS PRE-OPERACIONAIS: O saldo contempla os valores aplicados para a implantação dos novos cursos de Medicina. A aplicação do recurso foi fundamental para as visitas dos avaliadores do MEC para que a Universidade obtivesse a nota necessária para credenciar os cursos nas 06 (seis) Unidades pleiteadas no processo de criação dos cursos de Medicina. Com a confirmação e o início das novas turmas, a Companhia fará a amortização das despesas para o resultado.

NOTA 13 - PARTES RELACIONADAS: Descrição, 2023, 2022. Rows include Rádio e TV Felusp, Umesa, Colégio Palmares, etc.

NOTA 14 - TRIBUTOS DIFERIDOS: Representa o Imposto de Renda e Contribuição Social apurados a partir de 1º de maio de 2019, quando a Companhia passou a tributar o lucro pelo regime de apuração do lucro real, fato que também ocorreu para os exercícios seguintes, 2020 e 2021. Em função das tratativas de regularizar a dívida tributária junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, oriundas, principalmente, de

Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais

Table with 5 columns: Descrição, 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Provisão de Dívida Tributária, Obrigações em Recuperação Judicial, etc.

atuações fiscais, proferidas em exercícios anteriores, pela Receita Federal do Brasil - RFB, em virtude do órgão fiscalizador ter desclassificado a Companhia como entidade de fins filantrópicos, a Companhia elaborou a recomposição dos prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL dos períodos de apuração sob o regime do Lucro Real, ajustando esses prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL com as parcelas consideradas devidas constantes dos débitos tributários inscritos em dívida ativa na PGFN, em conformidade com a legislação fiscal. A intenção da Companhia é utilizar os tributos diferidos para compensar parte da provisão da dívida tributária conforme a negociação em andamento descrita na nota explicativa nº 21. Como a PGFN, com a edição das Portarias nº 6.757/2022 e nº 8.798/2022, regulamento e instituiu as modalidades de transação na cobrança de dívida ativa da União e FGTS, a Companhia elaborou o Acordo de Transação Individual onde pretende incluir todos os débitos previdenciários, demais tributos e do FGTS inscritos em dívida ativa da União, a fim de regularizar sua situação fiscal perante o órgão federal.

NOTA 15 - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO: Os dois terrenos do Loteamento Mont'Serrat, não utilizados no desenvolvimento da atividade da Companhia, foram leiloados durante o exercício 2023 e os recursos destinados para a Classe I da Recuperação Judicial.

NOTA 16 - IMOBILIZADO: Movimento/2023. Saldo 31/12/2022, Adições, Baixas, Saldo 31/12/2023. Rows include Edificações, Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, etc.

DEPRECIAÇÃO Taxas anuais. Edificações 2,27 a 16,66%, Móveis e Utensílios 10 a 20%, Máquinas e Equipamentos 10 a 20%, etc.

DEPRECIAÇÃO Taxas anuais. Edificações 2,27 a 16,66%, Móveis e Utensílios 10 a 20%, Máquinas e Equipamentos 10 a 20%, etc.

DEPRECIAÇÃO Taxas anuais. Edificações 2,27 a 16,66%, Móveis e Utensílios 10 a 20%, Máquinas e Equipamentos 10 a 20%, etc.

(*) Em 2019 a Companhia efetuou a contratação de empresa especializada para a análise de imparidade dos terrenos e edificações. Como resultado da referida análise, foi identificado que os terrenos estavam registrados, contabilmente, por um valor superior aquele passível de ser recuperado por uso ou por venda e, como consequência, foi constituída provisão para imparidade. Em 2021 foi efetuado levantamento com novos laudos e apurado a avaliação total dos imóveis com base no Valor de Liquidação Forçada em valor acima do contábil. A administração entende que a provisão permanece adequada pois não houve modificação significativa que indicasse a necessidade de modificação.

NOTA 17 - INTANGÍVEL: Custo, Saldo 2021, Adições, Saldo 2022, Baixas, Saldo 2023. Rows include Direito Uso de Software, Amortização Acumulada, etc.

Continua >>>